NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Kroton"), com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte – MG, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; o comércio de livros didáticos e apostilas, licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica; a oferta de cursos técnicos; a oferta de cursos preparatórios para concursos e para OAB; assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

O Grupo possui 21 empresas, incluindo a Kroton Educacional S.A., e é composto por 11 mantenedoras de instituição de ensino superior, (dessas, 10 constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e 1 constituída sob a forma de sociedade anônima), 119 unidades de Ensino Superior, presentes em 15 estados e 74 cidades brasileiras, além de 1.111 Polos de Graduação EAD credenciados pelo MEC, localizados em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal. A Companhia ainda conta, na Educação Básica, com mais de 870 escolas associadas em todo o território nacional.

A Companhia é listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3 onde negocia suas ações ordinárias.

A Companhia exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE") e Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Anhanguera").

Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o maior volume de vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorrem os períodos de matrículas para o semestre letivo. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais entre os trimestres de cada exercício social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. REAPRESENTAÇÃO DE CIFRAS COMPARATIVAS

Em 2017, foram identificadas reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referentes a classificação e divulgação de LF (Letras financeiras), LFT (Letras financeiras do tesouro) e LTN (Letras financeiras nacional).

A Companhia e seus administradores revisaram as classificações de suas aplicações financeiras e concluíram que os títulos de Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras e Letras Financeiras do Tesouro devem ser classificados como títulos e valores mobiliários. Essa conclusão resulta do fato de o Governo não ter a obrigatoriedade de recompra, sendo esta, quando efetuada antes da maturidade, ocorrer apenas no mercado secundário, não atendendo dessa forma, ao requisito de liquidez imediata.

A Administração optou por não apresentar um terceiro balanço de abertura em 1º de janeiro de 2016, uma vez que a ausência desta divulgação não afeta o entendimento das informações financeiras como um todo. Os eventuais impactos estão destacados abaixo:

	-		31/12/2016			01/01/2016
Balanço patrimonial	Divulgado	Reclassificações	Saldo Reclassificado	Divulgado	Reclassificações	Saldo Reclassificado
Caixa	1.343.982	(403.615)	940.367	398.232	(369.521)	28.711
Títulos e valores mobiliários - Circulante Títulos e valores mobiliários -	-	403.615	403.615	-	369.521	369.521
Não Circulante	5.718		5.718	5.351		5.351
	1.349.700		1.349.700	403.583		403.583

			31/12/2016
Demonstração do fluxo de caixa			Saldo
	Divulgado	Reclassificações	Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	398.232	369.521	28.711
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.343.982	(403.615)	940.367
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários		34.094	34.094

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

2.5. Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

QUADRO 1 – Sociedades consolidadas

	Particip	açao no
	capital t	otal - %
Sociedades consolidadas	31/12/2017	31/12/2016
Controlada direta:		
Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A.	100	100
Controladas indiretas:		
AESA- Anhanguera Educacional Ltda. (i)	100	100
AESAPRO - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100	100
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100	100
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	100	100
FAC - Fac Educacional Ltda. (ii)	-	-
NOVATEC - Novatec Educacional Ltda. (ii)	-	-
Edufor - Edufor serviços educacionais Ltda ME (iii)	100	-
ICF - Sociedade Piauiense de ensino superior Ltda. (iv)	100	_

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada direta:		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	100	100
Controladas indiretas:		
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá	99,99	99,99
Iuni - Iuni Educacional	100	100
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Pses - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	99,99	99,99
Spes – Sistema Pitágoras de Ensino Superior	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	99,99	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	99,99	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99	99,99
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	99,99	99,99
FAIR - Fair Educacional Ltda. (ii)	-	-

- (i) Empresa parcialmente incorporada pela AESAPAR em 31/10/2017.
- (ii) Após o cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, foi concluída em 2017 a venda das subsidiárias da Kroton (nota 4).
- (iii) Em 30 de novembro de 2017, a Companhia, por meio de sua controlada AESAPAR, adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Edufor Serviços Educacionais Ltda ("EDUFOR"), instituição de ensino superior denominada Faculdade Educacional Fortaleza, localizada em Fortaleza CE. O valor da aquisição totalizou R\$ 2.220,
- (iv) Em 20 de dezembro de 2017, a Companhia, por meio de sua controlada AESAPAR, adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Sociedade Piauiense De Ensino Superior Ltda ("ICF"), instituição de ensino superior localizada em Teresina PI. O valor da aquisição totalizou R\$ 27.430,

2.6. Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. O Conselho de Administração considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior EAD e Educação Básica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.8. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.10. Ativos financeiros

2.10.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.10.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.10.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência do Grupo ou da contraparte.

2.10.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "*impairment*" de ativos financeiros ao custo amortizável.

Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado ao valor de realização. O contas a receber de clientes decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

2.12. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e dos custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

2.13. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	4,4
Móveis, equipamentos e utensílios	11,3
Biblioteca	10
Edificações e benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2017.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

2.14. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar a compra desvantajosa, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas ("impairment"), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por "impairment", que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.15. "Impairment" de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional (Presencial, EAD e Educação básica).

Em 2017, a Companhia e seus administradores decidiram alterar a definição das UGCs anteriormente aplicadas para fins de avaliação de *impairment*, visando um maior alinhamento com os segmentos operacionais analisados do ponto de vista gerencial e de mercado. Demais métodos e premissas utilizados na análise não sofreram alteração em relação ao período anterior. Os resultados obtidos em 2016 não seriam alterados em função da referida mudança.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.17. Empréstimos, financiamentos e debêntures.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.18. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A provisão para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Sobre o lucro antes do IRPJ e CSLL reconhecidos na demonstração do resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo sobre parcela em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas Sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

2.20. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Benefícios a empregados - Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.22. Arrendamentos

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.23. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.24. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.25. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O ajuste a valor presente é reconhecido em contrapartida ao Contas a Receber e apresentado junto à receita, pois o Grupo entende que faz parte da operação viabilizar o financiamento das mensalidades dos alunos.

O Grupo reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido atendidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais (pagamentos), no final do semestre letivo.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

Portanto, devido ao fato de que os alunos que possuem contratos financiados no âmbito do FIES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(Programa de Financiamento Estudantil) necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação), a Companhia, de forma conservadora, realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente, lembrando ainda, que o aluno já assinou um contrato de prestação de serviços educacionais anteriormente com a Instituição e, em caso de inadimplência, esta poderá efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele presenciais um percentual entre 25% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma a receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado um contas a pagar para os polos parceiros.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

Receitas financeiras

As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.26. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras nas datas dos balanços, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo AGE.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração da Companhia avaliou os impactos e da adoção dos IFRS 15 e 9 e entende que as mudanças trazidas pelas normas não terão impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. O pronunciamento afetará, principalmente, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. Os bens arrendados mais significativos são os alugueis de imóveis de unidades.

A administração está avaliando eventuais impactos da adoção do IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRITÍCOS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Grupo adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pelo Grupo no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão apresentados comentários referentes às principais estimativas desenvolvidas pela Administração:

a) Avaliação da existência de perda ("impairment") nos ágios

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.15. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 15).

Como mencionado na Nota 2.15, a Companhia e seus administradores decidiram alterar a definição das UGCs, anteriormente definidas com base nas entidades legais, , para uma visão mais alinhada com as modalidades operacionais analisadas do ponto de vista gerencial e de mercado.

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, para determinação dos ativos fiscais diferidos (Nota 24).

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras (Nota 23).

d) Provisão para devedores duvidosos

Conforme descrito na Nota 2.11, a Companhia efetua análises para fazer face a eventuais perdas na realização dos conta as receber decorrente de mensalidades, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização (Nota 10).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas (Nota 10 e 23).

4. CONTAS A RECEBER NA VENDA DE CONTROLADAS

VENDA DA FAIR. FAC FAMAT

Visando dar cumprimento ao Acordo em Controle de Concentração celebrado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 14 de maio de 2014, no contexto da aprovação do Acordo de Associação celebrado entre a Kroton e Anhanguera Educacional Participações S.A., foi concluída em 2017, a venda à Treviso Empreendimentos e Participações S.A. ("Compradora"), sociedade detida por fundos de investimentos em participações – FIPs geridos por TCG Gestor Ltda., Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., da totalidade das participações societárias detidas por subsidiárias da Kroton ("Vendedoras") nas sociedades: Faculdades Integradas de Rondonópolis, Instituto de Ensino Superior de Cuiabá e Faculdade de Mato Grosso ("FAIR, FAC FAMAT")

A Compradora se comprometeu a pagar à Companhia o preço de venda estimado em R\$ 48.941. A venda da FAIR, FAC FAMAT e foi contratada pelas Vendedoras no contexto da transação envolvendo a alienação da Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.; da ASSEVIM -Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim Ltda.; do Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí Ltda.; da Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S.S. Ltda.; e da Sociedade Educacional do Planalto Serrano Ltda. (em conjunto "Uniasselvi"),

VENDA NOVATEC

Visando dar cumprimento ao termo de compromisso de desempenho com o CADE celebrado em 2013, no contexto da aprovação do Ato de Concentração referente às aquisições do Grupo Anchieta e do Grupo Uniban pela Anhanguera Educacional Participações S.A., foi concluída em 29 de dezembro de 2017 a venda ao IBREPE — Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisas Educacionais da totalidade da participação societária detida pela Companhia na sociedade Novatec Educacional Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 2 – Resultado Líquido da venda da FAIR, FAC FAMAT e NOVATEC

	FAC/FAIR	NOVATEC	TOTAL
Receita na venda de investimento	48.941	3.171	52.112
Ajuste a valor presente	(7.156)	-	(7.156)
Saldo de ativos líquidos baixados (inclui ágio)	(18.885)	(511)	(19.396)
Resultado da venda	22.900	2.660	25.560
IR/CS sobre ágio alocado existente	1.404	_	1.404
Subtotal	24.304	2.660	26.964
IR/CS sobre a venda	(7.786)	(904)	(8.690)
Resultado líquido	16.518	1.756	18.274

QUADRO 2.1 – Contas a receber da venda da FAIR, FAC FAMAT

_		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
UNIASSELVI	528.549	498.575
FAC	27.353	-
FAIR	15.623	-
	571.525	498.575
-		
Circulante	124.634	-
Não circulante	446.891	498.575
_	571.525	498.575
=		

VENDA DA UNIASSELVI

Após o cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, foi concluída em 29 de fevereiro de 2016 a venda à Treviso Empreendimentos e Participações S.A. da totalidade das participações societárias detidas por subsidiárias da Kroton nas seguintes sociedades (em conjunto denominadas "Uniasselvi"): Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. (UNIASSELVI); Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim Ltda. (ASSEVIM); Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí Ltda.(FAMESUL); Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S.S. Ltda.(FAMEG); e Sociedade Educacional do Planalto Serrano Ltda.(FAMELAGES).

A Compradora se comprometeu a pagar à Companhia o preço global de até R\$1.105.000, sendo: R\$400.000 recebidos à vista em 29 de fevereiro de 2016; R\$450.000 em 5 parcelas anuais, de 2018 a 2022, corrigidas pela variação do IPCA até a data de pagamento da respectiva parcela; e R\$255.000 na forma de preço adicional, em valor variável a ser calculado com base em metas financeiras e operacionais pré-estabelecidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de abril de 2016 a Kroton cumpriu parte destas metas que lhe asseguraram o recebimento de parcela do preço adicional no valor de R\$ 86.738, a ser pago em parcelas anuais de 2018 a 2022, corrigidas pela variação do IPCA até a data de pagamento da respectiva parcela.

Em 31 de julho de 2016 houve ajuste no valor de R\$ 7.207 referente a ajuste final de capital de giro conforme fechamento contábil da Uniasselvi, o qual estava definido em contrato. O saldo a receber líquido de AVP atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 498.575. O resultado líquido da referida venda está demonstrado abaixo:

QUADRO 2.2 – Resultado Líquido da venda da Uniasselvi

	31/12/2016
Receita na venda de investimento	943.945
Ajuste a valor presente	(66.565)
Saldo de ativos líquidos baixados (inclui ágio)	(623.473)
Resultado da venda	253.907
IR/CS sobre ágio alocado existente	63.070
Subtotal	316.977
IR/CS sobre a venda	(71.722)
Resultado líquido	245.205

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A administração da Companhia avalia a gestão de riscos financeiros no âmbito de Grupo.

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia e o Conselho de Administração juntos supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

b) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

QUADRO 3 – Taxas de juros contratadas

			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	Taxa de Juros
Empréstimos e financiamentos			
Arrendamento mercantil - Leasing	37.221	37.923	IPCA
Arrendamento mercantil - Equipamentos e Outros	126	506	6,7% ao ano
Debêntures	266.534	505.573	100% CDI + juros de 1,5% a 2% aa
Contas a pagar por aquisições	66.262	56.710	CDI
Contas a pagar por aquisições	44.954	42.233	IPCA
Contas a pagar por aquisições (i)	11.570	48.223	Outros
Total	426.667	691.168	

⁽i) refere-se principalmente às aquisições atualizadas pela taxa SELIC.

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos.

Contas a receber

A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matricula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo FGEDUC. Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão.

Adicionalmente, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa do saldo bruto das contas a receber também de terceiros para fazer face ao risco de crédito.

Em 2015, Companhia passou a oferecer um novo produto exclusivamente para os alunos ingressantes - o Parcelamento Especial Privado (PEP) com o objetivo principal de oferecer uma alternativa de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pagamento para que o aluno ingressante que não obteve o FIES conseguisse prosseguir com seus estudos em uma de nossas instituições. O produto inicial oferecido no primeiro trimestre de 2015 foi o PEP 10, o qual financiava, sem correção monetária, 90% das primeiras 12 mensalidades a serem pagas em até dezoito parcelas após a conclusão do curso. No segundo semestre do mesmo ano, o produto evoluiu para o PEP 30 e PEP 50, os quais financiam respectivamente 70% e 50% de todo o curso, com atualização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a serem pagos com o mesmo prazo de duração do curso escolhido, após sua conclusão.

O contas a receber de longo prazo referente ao FIES e aos valores a receber dos alunos beneficiados pelo PEP são ajustados a valor presente.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e contas a pagar por aquisições. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou passivo.

QUADRO 3.1 – Passivos financeiros por faixa de vencimento

			Co	nsolidado
	Menos	Entre	Acima	Total
	de 1 ano	1 e 2 anos	de 2 anos	1 Otal
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	314.285	-	-	314.285
Empréstimos e financiamentos	3.733	5.267	28.347	37.347
Debêntures	224.034	42.500	-	266.534
Contas a pagar por aquisições	107.907	5.952	8.927	122.786
	649.959	53.719	37.274	740.952
	-	=======================================		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 3.2 – Passivos financeiros por faixa de vencimento – Projetado

			Co	nsolidado
	Menos	Entre	Acima	Total
	de 1 ano	1 e 2 anos	de 2 anos	10141
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	314.285	-	-	314.285
Empréstimos e financiamentos	3.733	5.802	35.990	45.525
Debêntures	242.290	45.239	-	287.529
Contas a pagar - aquisições	126.069	14.569	11.540	152.178
	686.377	65.610	47.530	799.517

Os saldos do quadro 3.2 refletem os saldos a pagar de principal mais juros e atualização monetária até sua última parcela, logo não refletem os saldos demonstrados nas respectivas notas explicativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução desse custo, maximizando o retorno ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

QUADRO 4 – Cálculo dos índices de alavancagem financeira

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisições (i)	(426.667)	(691.168)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante	1.733.269	1.349.700
Caixa Líquido	1.306.602	658.532
Patrimônio líquido	15.207.726	13.849.364
Índice de alavancagem financeira	8,59%	-4,75%

(i) vide composição demonstrada na nota 5.1 (b) de empréstimos, debêntures e contas a pagar por aquisições

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.3 Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI – 9,93% e IPCA – 3,9% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

A Administração entende que em virtude de ter um cenário de caixa líquido, isto é, um valor maior de aplicações financeiras que dívidas bancárias, o melhor cenário para representar uma deterioração nos números da Companhia é uma baixa do CDI, acompanhada com uma queda na taxa do IPCA. Como resumo, apresentamos uma somatória dos totais de variação para facilitar a interpretação.

QUADRO 5 – Análise de Sensibilidade

					Consolidado
	Exposição base 31/12/2017	Risco	Cenário provável	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários Debêntures e Contas a pagar atreladas ao CDI Contas a pagar atreladas ao IPCA	1.733.269	Baixa CDI	172.114	129.085	86.057
	(332.796)	Baixa CDI	(33.047)	(24.785)	(16.523)
	(80.831)	Baixa IPCA	(3.152)	(2.364)	(1.576)
	1.319.642		135.915	101.936	67.958

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais BM&F, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 6 – Instrumentos financeiros

						Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa Títulos e valores	921.328	-	921.328	940.367	-	940.367
mobiliários Demais contas a	-	811.941	811.941	-	409.333	409.333
receber	2.040.890		2.040.890	1.769.028		1.769.028
	2.962.218	811.941	3.774.159	2.709.395	409.333	3.118.728

						Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o						
balanço patrimonial						
Empréstimos e						
financiamentos	-	37.347	37.347	-	38.429	38.429
Debêntures	-	266.534	266.534	-	505.573	505.573
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações						
legais	-	469.188	469.188	-	429.703	429.703
		773.069	773.069		973.705	973.705

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros são similares, com exceção das debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o valor contábil total das debêntures é R\$266.534 e seu valor justo R\$244.670 (R\$ 546.049 em dezembro de 2016).

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 7 – Qualidade do crédito dos ativos financeiros

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes (nota 10)	_	
Grupo 1 - ensino superior	2.995.692	2.349.992
Grupo 2 - educação básica	79.788	70.971
	3.075.480	2.420.963

O contas a receber de clientes do Grupo 1 é composto principalmente por clientes pessoa física, vinculados à prestação de serviços de graduação e negociações de dívida. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos de dívidas e segregam os alunos por tipo de produto e perfil: Alunos FIES, PEP, por exemplo. O contas a receber de clientes do Grupo 2 é principalmente composto pela venda de produtos para pessoas jurídicas (empresas), para os quais é feita uma análise de crédito para aprovação.

		Consolidado
Caixa e Equivalentes de caixa (nota 8)	31/12/2017	31/12/2016
AAA	1.144	7.342
AA+	60.166	54.985
AA (i)	845.743	-
A	61	-
A-	13.884	-
AA- (i)	-	878.040
Não aplicável	330	
_	921.328	940.367
Títulos e valores mobiliários (nota 9)		
AAA	51.421	34.605
AA+	3.240	13.496
AA (i)	733.243	-
A-	-	7.259
AA- (i)	-	339.830
Não aplicável	24.037	14.143
_	811.941	409.333

⁽i) A variação na classificação dos saldos entre períodos é atribuída às mudanças de "rating" pelas agências de classificação de risco, Fitch Ratings e Standard & Poor's (S&P).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

QUADRO 8 – Composição de Caixa e Equivalentes de Caixa (reapresentação nota 2.1)

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa</u>				Reapresentado (Nota 2.1)
Conta corrente	133	101	294	2.077
	133	101	294	2.077
Aplicações financeiras				
Fundo de renda fixa	-	-	11.456	1.558
OPCM – Operação Compromissada	-	-	133.970	533.252
NTN-O - Nota do Tesouro Nacional	200.437	58.289	713.176	342.737
CDB - Certificado de Depósitos Bancários		<u> </u>	62.432	60.743
	200.570	58.390	921.328	940.367

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, sendo parte significativa realizada a partir de fundos exclusivos. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 100,79% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

9. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

QUADRO 9 - Composição de títulos e valores mobiliários

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
		Reapresentado (Nota 2.1)
LTN - Letras do Tesouro Nacional	34.746	97.628
LF - Letras Financeiras	48.977	55.208
LFT - Letra Financeira do Tesouro	728.218	256.497
	811.941	409.333
Circulante	805.212	403.615
Não Circulante	6.729	5.718

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 99,98% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – 100,1% do CDI).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. CONTAS A RECEBER

a) Composição

QUADRO 10 – Composição de contas a receber

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Ensino superior (i)	2.999.080	2.349.992
Educação básica	79.788	70.971
	3.078.868	2.420.963
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Ensino superior	(990.635)	(599.778)
Educação básica	(4.095)	(6.167)
	(994.730)	(605.945)
Contas a receber de clientes, líquidas	2.084.138	1.815.018
Ajuste a valor presente (ii)	(187.667)	(174.351)
	1.896.471	1.640.667
Circulante	1.448.662	1.043.905
Não circulante (iii)	447.809	596.762
· · ·	1.896.471	1.640.667

- (i) Basicamente composto por mensalidades vencidas ou a vencer de alunos pagantes, FIES e alunos com parcelamento a receber.
- (ii) O ajuste a valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente os alunos beneficiados pelos produtos PEP ou PMT (Parcelamento Matricula Tardia). A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores foi, no trimestre, 4,04%.
 - A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado e; b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor, nesse caso o saldo do AVP é revertido integralmente. Os saldos a receber de FIES-PN23 foram registrados a valor presente em 2015, sendo a cada mês revertido o AVP correspondente.
- (iii) Contas a receber do PEP e de renegociações de mensalidades de ensino superior com vencimento acima de 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente.

O aumento no contas a receber decorre basicamente pelo aumento na participação dos produtos de parcelamento na receita da Companhia, como o PEP e o PMT, nos quais parte do pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso. Da mesma forma, a provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculada a esses produtos também apresentou aumento, uma vez que a política da Companhia é de provisionar 50% do montante parcelado, líquido dos ajustes de AVP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) FIES

As contas a receber do FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos parcelamentos foram contratados pelos alunos com a Caixa Econômica Federal – CEF, o Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados mensalmente pelo FNDE. A Companhia pode realizar compensação de tributos federais e/ou realizar a recompra dos títulos, sendo os valores repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe repasses correspondentes ao montante financiado por seus alunos sendo: 98% para alunos sem Fundo Garantidor e 94,2% com Fundo Garantidor.

No final de 2014, houve atrasos nos repasses pelo Governo Federal. Tais atrasos foram renegociados e estão sendo regularizados em 3 parcelas nos exercícios de 2016 (25%), 2017 (25%) e 2018 (50%) corrigida monetariamente pelo IPCA, conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE. Em agosto de 2016 e 2017 foram recebidas a 1º e a 2ª. parcelas do acordo no montante de R\$ 183.693 e de R\$198.216 respectivamente. O valor a ser recebido em 2018, líquido de ajuste a valor presente, monta em R\$370.664.

Em 14 de julho de 2016 foi divulgada a Medida Provisória nº 741, que altera a lei 10.260 de 12 de julho de 2001, sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estabelecendo que as instituições de ensino deduzam 2% sobre o valor dos encargos educacionais liberados, que deverão ser transferidos diretamente aos agentes financeiros, responsáveis pelos repasses do programa – atualmente Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Em 31 de dezembro de 2017, o recebível do FIES, líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa e do ajuste a valor presente é de R\$ 532.209 (R\$ 794.316 em 31 de dezembro de 2016, incluindo saldo da PN23).

c) Análise dos vencimentos

QUADRO 11 – Análise dos vencimentos do contas a receber

_		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Valores a vencer (i)	2.368.262	1.738.635
Vencidos		
Até 30 dias	126.868	136.297
Entre 31 e 60 dias	112.281	107.960
Entre 61 e 90 dias	99.643	88.826
Entre 91 e 365 dias	371.814	349.245
Total vencidos	710.606	682.328
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(994.730)	(605.945)
Ajuste a valor presente	(187.667)	(174.351)
	1.896.471	1.640.667

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Baixas

Mensalidades

A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando as "safras" mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a "performance" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionado.

FIES

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:

- Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 4,5% do faturamento dessa natureza, considerando que a Companhia assume apenas 15% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 30% de inadimplência.
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada até abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,9% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 80% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 30% de inadimplência.
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada após abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,45% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 30% de inadimplência.

<u>PEP</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada aos recebíveis do Parcelamento Especial Privado - PEP, utilizando o percentual de 50% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos.

QUADRO 12 – Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(605.945)	(469.448)
Adição proveniente de adquirida	(2.710)	-
Baixa contra contas a receber	197.105	211.062
Constituição	(583.180)	(347.559)
Saldo final	(994.730)	(605.945)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.

11. OUTROS CREDITOS

QUADRO 13 - Composição de demais contas a receber

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas antecipadas (i)	11.730	18.400
Crédito com adquiridas (ii)	81.265	87.404
Venda de imóveis e outras controladas (iii)	21.880	17.823
Outros	29.544	4.747
Total	144.419	128.374
Circulante	74.016	75.998
Não circulante	70.403	52.376
=	144.419	128.374

- (i) Composto por: R\$ 6.856 de despesas com Marketing; R\$ 2.013 por antecipação de despesas Material Didático; R\$ 692 por antecipação de despesas Fiança e R\$ 2.169 por antecipação de despesas Licença de Software.
- (ii) Composto principalmente pela controlada Anhanguera Educacional S.A. A controlada registrou um ativo de reembolso em função dos direitos contratuais de ressarcimento dos antigos proprietários da Academia Paulista Anchieta Ltda. (APA) no montante atualizado de R\$ 46.027 referente ao saldo a recolher de ISS parcelado através do programa de parcelamento incentivado (PPI) da Prefeitura de São Paulo e R\$ 10.998 referente execução fiscal que tramita perante a 2ª vara da Fazenda Pública, decorrente de um convênio educacional firmado na década de 90 entre a APA e Prefeitura de São Bernardo do Campo, cuja dívida se originou da não aprovação das contas municipais pelo Tribunal de Contas.

A controlada Unime LF possui R\$ 2.470 a receber dos ex-proprietários referente ao parcelamento de impostos Refis. As demais controladas somadas possuem o saldo de R\$ 21.770 principalmente proveniente de impostos e sucumbências pagos, garantidos pelos antigos proprietários.

(iii) Composto por: R\$ 4.438 do saldo remanescente pela venda do Colégio Anchieta, celebrada em 2012 através da controlada Anhanguera Educacional Ltda., este saldo será recebido em parcelas, sendo a última em dezembro de 2021; R\$ 4.123 a receber pela venda da controlada Suesc (Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura), ocorrida em abril de 2011, o qual está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia terá o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

entre o preço definido em contrato e o valor da causa; R\$ 2.720 referente venda da controlada FCR (Faculdade Cândido Rondon); R\$ 2.477 de saldo remanescente pela venda de um imóvel localizado na cidade de São Paulo; R\$ 2.830 referente venda de um imóvel localizado na cidade de Santo André; R\$ 1.121 referente venda da controlada FAUSB (Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão) e R\$ 4.171 referente venda da controlada NOVATEC Educacional Ltda.

12. ADIANTAMENTOS

QUADRO 14 – Composição dos Adiantamentos

		Consolidado
-	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a funcionários (i)	20.533	23.404
Adiantamento de aluguel	18.188	20.532
Adiantamento a fornecedores	11.024	25.344
	49.745	69.280
Circulante	48.065	67.600
Não circulante	1.680	1.680
_	49.745	69.280
_		

(i) Basicamente compostos por adiantamentos de férias.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

QUADRO 15 – Composição dos tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
_	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante:				
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	2.308	1.694	59.746	61.185
PIS, COFINS e ISS a recuperar (ii)	-	-	28.829	15.068
INSS a recuperar (iii)	-	-	10.614	3.862
ICMS a recuperar	-	-	2.773	646
Outros tributos a recuperar (iv)			6.025	7.724
_	2.308	1.694	107.987	88.485
Circulante	2.308	1.694	102.684	81.423
Não circulante	-	-	5.303	7.062

(i) Refere-se a antecipação de IRPJ e CSLL apurados por estimativa, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Refere-se a tributos retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços.
- (iii) Refere-se a tributos retidos na fonte por clientes pessoa jurídica.
- (iv) Tributos quitados com prejuízos fiscais aguardando homologação.

14. IMOBILIZADO

QUADRO 16 – Movimentação de Imobilizado

_		-					Consolidado
-	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	89.250	304.994	117.266	1.020.230	73.164	99.779	1.704.683
Adições	36.634	94.034	58.657	16.237	181.684	-	387.246
Adição proveniente de adquirida	466	938	822	-	-	-	2.226
Baixas	(1.252)	(5.418)	(1.164)	(1.691)	(559)	-	(10.084)
Depreciações	(35.586)	(46.650)	(21.495)	(48.878)	-	-	(152.609)
Transferências	-	-	-	182.565	(182.565)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	89.512	347.898	154.086	1.168.463	71.724	99.779	1.931.462
Taxa média anual de depreciação	30%	11%	10%	4%	-	-	

15. INTANGÍVEL

QUADRO 17 – Composição do ativo intangível

						Consolidado
	Softwares	Projetos internos	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	204.036	145.793	-	10.857.405	123.552	11.330.786
Adições (i)	100.184	78.224	8.262	31.253	23.439	241.362
Baixas (i)	(306)	-	-	(8.848)	-	(9.154)
Amortizações	(39.889)	(65.707)	-	(150.451)	(8.058)	(264.105)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	264.025	158.310	8.262	10.729.359	138.933	11.298.889
Taxa média anual de amortização	20%	21%	1%	1%	5%	-

- (i) Adição do ágio refere-se à aquisição de 100% das quotas da EDUFOR R\$ 29.154 e ICF R\$ 2.099, conforme nota 2.5.
- (ii) Baixas de ágios e intangíveis refere-se à baixa do ágio na operação FAC/FAMAT, FAIR e NOVATEC, conforme nota 4.
- a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte do preço pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

QUADRO 18 – Composição de Ágio e Intangíveis Alocados

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Ágio (i)	8.505.515	8.485.209
Marca (ii)	1.554.526	1.655.994
Licenças de operação e rede parceira de polo (iii)	665.746	663.647
Carteira de clientes (iv)	3.234	51.462
Acordo de não concorrência (iv)	338	677
Desenvolvimento de plataforma de ensino	-	416
	10.729.359	10.857.405
-		

- (i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação.
- (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 25 e 30 anos.
- (iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.
- (iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3,5 e 5 anos.

Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

				31/12/2017	
	Ensino Superior	Ensino	Educação	Total	
	Presencial	Superior EAD	Básica	Total	
Ágio alocado por UGC	7.564.014	3.209.771	72.073	10.845.858	
Licenças de operação e rede parceira de polo					

Como descrito nas notas 2.15 e 3. a), a Companhia e seus administradores decidiram alterar a definição das UGCS anteriormente aplicadas para fins de avaliação de impairment para uma visão mais alinhada com os segmentos operacionais analisados do ponto de vista gerencial e de mercado. Demais métodos e premissas utilizados na análise não sofreram alteração em relação ao período anterior. Os resultados obtidos em 2016 não seriam alterados em função da referida mudança.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de oito anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de oito anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de educação no qual as UGCs atuam.

O cálculo considera 8 anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 5,5% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada antes do benefício fiscal dos impostos foi de 12,52% ao ano, que deriva do Custo Médio Ponderado do Capital (Weight Average Cost of Capital - WACC).

A Companhia utiliza um cenário de 8 anos por entender que o tempo de maturação de uma nova unidade gira em torno dos 8 anos, uma vez que exista cursos, onde a partir do 4º ano se tem uma base cheia de alunos para a nova unidade, com isso teríamos mais 4 anos para a unidade atingir seu potencial de receita e rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores.

16. INVESTIMENTOS

QUADRO 19 – Composição dos investimentos em controladas

	Controladora
31/12/2017	31/12/2016
5.353.840	4.581.297
2.982.461	2.537.968
8.336.301	7.119.265
7.542.483	7.694.545
15.878.784	14.813.810
	5.353.840 2.982.461 8.336.301 7.542.483

QUADRO 20 – Informação sobre as controladas diretas

					31 de dezem	bro de 2017
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
EDE	100%	2.549.437.961	6.339.875	986.031	5.353.840	1.251.122
AESAPAR	74,46%	437.228.783	5.217.758	1.212.209	4.005.549	866.219
		2.986.666.744	11.557.633	2.198.240	9.359.389	2.117.341
					31 de dezem	abro de 2016
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
EDE	100%	2.549.437.961	5.639.660	1.058.363	4.581.297	1.390.090
AESAPAR	74,46%	437.228.783	3.554.879	111.642	3.443.237	829.157
		2.986.666.744	9.194.539	1.170.005	8.024.534	2.219.247

Controladora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 21 – Movimentação dos investimentos em controladas diretas

Investimento	31/12/2016	Amortização do ágio alocado	Resultado de Equivalência Patrimonial	Reclassificação	Dividendos	31/12/2017
EDE	4.581.297	=	1.251.122	-	(478.579)	5.353.840
AESAPAR Ágio, inclusive	2.537.968	-	668.740	-	(224.247)	2.982.461
alocado da Anhanguera	7.694.545	(148.775)	-	(3.287)	_	7.542.483
Total	14.813.810	(148.775)	1.919.862	(3.287)	(702.826)	15.878.784

QUADRO 22 – Informação sobre as controladas indiretas

					31 de deze	mbro de 2017
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
AESA	100%	49.163.929	132.963	22.355	110.608	496.725
AESAPRO	100%	64.800	495	28	467	(29)
FIDC	100%	33.010.096	105.804	171	105.633	23.405
Juspodivm	100%	17.430.579	3.795	729	3.066	1.436
Ceama	99,99%	76.850.364	198.642	12.262	186.380	57.597
Fais	99,99%	8.913.752	56.793	1.865	54.928	20.977
Fama Macapá	99,99%	11.619.489	133.052	25.501	107.551	73.059
Iuni	99,99%	453.846.305	1.032.923	94.878	938.045	390.915
Orme	99,99%	135.947.196	66.194	906	65.288	(13.807)
Pax	99,99%	17.956.763	25.404	1.680	23.724	3.389
Projecta	99,99%	10.234.275	5.413	334	5.079	264
Pses	99,99%	345.039.310	614.331	64.797	549.534	366.838
Spes	99,99%	23.480.389	41.466	10.904	30.562	6.398
União	99,99%	32.640.534	64.395	3.181	61.214	19.492
Unirondon	99,99%	28.025.000	47.601	1.889	45.712	9.717
Unic Educ.	99,99%	174.591.442	471.016	25.771	445.245	226.202
Unime Salvador	99,99%	15.152.973	98.762	11.702	87.060	27.440
FAIR	-	-	-	-	-	(386)
FAC	=	-	-	-	=	216
NOVATEC	-	-	-	-	-	659
Unime LF	100%	49.701.183	105.804	171	105.633	23.405
EDUFOR	99,99%	60.000	122	21	101	-
ICF	99,99%	3.168.470	5.759	10.330	(4.571)	
			3.210.734	289.475	2.921.259	1.733.912

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

QUADRO 23 – Composição de Empréstimos e Financiamentos

_		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Arrendamento mercantil financeiro	37.347	38.429
	37.347	38.429
Circulante	3.733	2.426
Não circulante	33.614	36.003

Refere-se a contratos de aluguéis de imóveis de unidades operacionais com duração de 15 anos. O saldo é composto pelas parcelas a pagar relativas ao imóvel Unibero no montante de R\$9.793 e do imóvel de São Bernardo do Campo no montante de R\$26.210.

As obrigações de arrendamento financeiro têm garantia real pelo próprio ativo. QUADRO 24 – Empréstimos e Financiamentos por faixa de vencimento

		31/12/2017		
	Vencimentos Parcelas	Total	%	
Total passivo circulante	2018	3.733	10,0	
	2019	2.501	6,7	
	2020	2.766	7,4	
	2021 em diante	28.347	75,9	
Total passivo não circulante	_	33.614	90,0	
Total		37.347	100,0	

18. DEBÊNTURES

QUADRO 25 – Composição Debêntures

					Consolidado
	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
1ª emissão (i)	CDI + 2,00% a.a.	15/12/2011	15/12/2018	78.932	158.404
2ª emissão 1ª série (ii)	CDI + 1,95% a.a.	26/02/2015	28/09/2018	102.235	204.357
2ª emissão 2ª série (ii)	CDI + 1,50% a.a.	26/02/2015	10/12/2017	-	57.118
2ª emissão 3ª série (ii)	CDI + 1,70% a.a.	26/02/2015	10/12/2019	85.367	85.694
Total				266.534	505.573
Passivo circulante				224.034	216.856
Passivo não circulante (iii)				42.500	288.717

(i) A Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única. Foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$550.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa,

C---1: 4-4-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. Os pagamentos de principal ocorrem anualmente e o juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (junho e dezembro).

- (ii) A Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua segunda emissão de debêntures, em três séries. Foram subscritas 570 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$570.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. Os pagamentos de principal e juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (março e setembro).
- (iii) Saldo do não circulante R\$ 42.500 tem vencimento em 2019, terminando o contrato de debentures.

QUADRO 26 – Movimentação de Debêntures

_		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	505.573	717.596
Juros provisionados	54.678	101.576
Apropriação dos custos	1.375	1.510
Pagamento de juros	(86.759)	(106.776)
Pagamento de principal	(208.333)	(208.333)
Saldo final	266.534	505.573

Os contratos requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão. De acordo com o contrato os cálculos são exigidos a partir de 2012 até 2019, data do vencimento final.

Os índices financeiros da 1ª emissão, cujos cálculos são realizados semestralmente, são:

- (i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization" EBITDA ajustado. Em 2017 o valor resultante deve ser igual ou inferior a 3,5.
- (ii) Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

O índice financeiro da 2ª emissão, cujo cálculo é realizado anualmente, é:

(i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 3.

Em 31 de dezembro de 2017, os índices financeiros de ambas as emissões foram atendidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

QUADRO 27 – Composição de obrigações sociais e trabalhistas

		Controladora	Consolidae	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar		-	55.584	57.584
INSS a recolher	-	-	51.695	49.181
FGTS a recolher	=	-	12.670	12.011
IRRF a recolher	=	-	24.271	23.522
Provisão de férias	=	-	57.940	65.063
Encargos sobre provisões	-	-	19.308	21.650
Provisão de participação dos lucros	82.407	113.329	82.407	113.329
Outros	3.120	5.622	24.554	8.541
	85.527	118.951	328.429	350.881

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os recebimentos antecipados referem-se a adiantamento de matrículas, mensalidades do ano efetuado pelos alunos que são apropriados à receita conforme os serviços são prestados e a devolução de crédito corresponde a valores superiores a dívida do aluno, totalizando em 31 de dezembro de 2017 R\$ 163.103 (R\$ 131.727 em 31 de dezembro de 2016).

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

QUADRO 28 – Composição de impostos e contribuições parcelados

_		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamentos municipais (a)	40.394	44.768
Parcelamento Refis IV – Federal (b)	5.952	6.553
Parcelamentos do INSS	2.059	1.073
_	48.405	52.394
Circulante	10.612	10.826
Não Circulante	37.793	41.568

(a) Parcelamentos municipais

Anhanguera

Em 27 de julho de 2012 os antigos proprietários da Academia Paulista Anchieta – APA, aderiram ao programa de parcelamento de impostos (PPI), resultando no saldo a recolher de ISS parcelado de R\$34.527, reajustado pela taxa Selic mensal.

Parcelamentos de IPTU no total de R\$5.531 com prazos e parcelas diferenciados entre si, sendo as parcelas reajustadas mensalmente pela taxa Selic.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Parcelamento Federal - Refis IV

Em maio de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941 (Refis IV), o saldo credor atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$5.512. Possui prazos e parcelas diferenciados entre si, sendo as parcelas reajustadas mensalmente pela taxa Selic.

QUADRO 29 - Movimentação dos impostos e contribuições parcelados

	Consolidado
31/12/2017	31/12/2016
52.394	57.613
2.714	760
(2.672)	(4.148)
(4.031)	(1.831)
48.405	52.394
	52.394 2.714 (2.672) (4.031)

22. CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÕES

QUADRO 30 – Composição de contas a pagar por aquisições

		Consolidado
-	31/12/2017	31/12/2016
Ítala	65.987	103.474
Uniabc	27.544	26.707
ICF	16.810	-
Unirondon	-	3.423
LFG	2.455	3.156
Iesville Educar / Intesc	5.000	5.300
Outras	4.990	5.106
Total	122.786	147.166
Circulante	107.907	86.948
Não circulante	14.879	60.218

QUADRO 31 - Movimentação de contas a pagar de aquisições

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	147.166	221.068
Adição	29.630	9.300
Atualização de juros	10.395	18.922
Baixas/Compensações	(7.019)	(18.977)
Ajuste a valor presente	(1.913)	(1.154)
Pagamentos	(55.473)	(81.993)
Saldo final	122.786	147.166

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 32 - vencimento de contas a pagar de aquisições

		31/12/2	017
	Vencimentos Parcelas	Total	%
Total passivo circulante	2018	107.907	87,9
	2019	2.976	2,4
	2020	2.976	2,4
	2021	2.976	2,4
	2022	2.976	2,4
	2023	2.975	2,4
Total passivo não circulante		14.879	12,1
Total		122.786	100,0

23. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

23.1. Processos Perdas Prováveis

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda, dos processos judiciais/administrativos nos quais figura como parte (ré). Os processos com perda provável são provisionados bem como os passivos de empresas adquiridas (combinação de negócios) com risco de perda possível. Abaixo demonstramos a movimentação do período:

QUADRO 33 – Movimentação de contingências

				Controladora (i)
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2015	81.833	47.081	93.710	222.624
Atualização monetária	-	-	10.765	10.765
Reversões (ii)	(296)	(14.839)	(19.598)	(34.733)
Total efeito resultado	(296)	(14.839)	(8.833)	(23.968)
Processos Ex Mantenedor	(3.498)	(7.385)	(953)	(11.836)
Pagamentos		(301)	(440)	(741)
Total pagamentos	(3.498)	(7.686)	(1.393)	(12.577)
Saldo em 31/12/2016	78.039	24.556	83.484	186.079
Atualização monetária			3.816	3.816
Reversões (ii)	(12.596)	(4.014)	(50.873)	(67.483)
Total efeito resultado	(12.596)	(4.014)	(47.057)	(63.667)
Processos Ex Mantenedor	(7.501)	(4.497)	(1.043)	(13.041)
Pagamentos		(109)	(18)	(127)
Total pagamentos	(7.501)	(4.606)	(1.061)	(13.168)
Saldo em 31/12/2017	57.942	15.936	35.366	109.244

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Majoritariamente relacionado à movimentação da contingência possível na combinação de negócios com Anhanguera;
- (ii) As principais reversões se referem: (a) alteração do risco de perda; (b) êxito total e/ou parcial.

QUADRO 34 – Movimentação de contingências

				Consolidado
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2015	334.787	178.772	471.286	984.845
Adições (i)	1.644	43.656	31.501	76.801
Atualização monetária	7.047	2.516	22.021	31.584
Reversões (ii)	(21.336)	(57.803)	(84.654)	(163.793)
Total efeito resultado	(12.645)	(11.631)	(31.132)	(55.408)
Processos Ex Mantenedor	(11.525)	(11.356)	(22.873)	(45.754)
Pagamentos	(1.353)	(48.707)	(46.598)	(96.658)
Total pagamentos	(12.878)	(60.063)	(69.471)	(142.412)
Saldo em 31/12/2016	309.264	107.078	370.683	787.025
Adições (i)	2.083	63.051	33.783	98.917
Atualização monetária	4.971	468	7.071	12.510
Reversões (ii)	(40.330)	(33.229)	(110.670)	(184.229)
Total efeito resultado	(33.276)	30.290	(69.816)	(72.802)
Processos Ex Mantenedor	(22.595)	11.326	(12.658)	(23.927)
Pagamentos	(9.427)	(49.525)	(41.105)	(100.057)
•				
Total pagamentos	(32.022)	(38.199)	(53.763)	(123.984)
Saldo em 31/12/2017	243.966	99.169	247.104	590.239

- (i) As adições ocorridas no período se referem a movimentação de processos variados de responsabilidade da Companhia e que tiveram efeito no resultado, sendo representadas por 50 processos trabalhistas, 9.340 processos cíveis e 1.184 processos trabalhistas, com valores variados e individualmente irrelevantes.:
 - a. Tributárias: A principal adição no período se refere a um processo judicial de execução fiscal do imposto municipal ISSQN na controlada IUNI no valor de R\$ 629 e, adicionalmente, adições em 49 processos variados que totalizam R\$ 1.454;
 - b. Cíveis: A principal adição no período se refere a um processo judicial relacionado a pedido de danos morais e materiais na controlada Anhanguera no valor de R\$ 420 e, adicionalmente, adições em 9.339 processos variados que totalizam R\$ 62.631. Os valores individuais atribuídos a estes processos variados são irrelevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- c. Trabalhistas: A principal adição no período se refere a um processo judicial relacionado ao pagamento de verbas trabalhistas em geral na controlada Anhanguera no valor de R\$ 764 e, adicionalmente, adições em 1.183 processos variados que totalizam R\$ 30.997. Os valores individuais atribuídos a estes processos variados são irrelevantes.
- (ii) As reversões ocorridas no período se referem a movimentação que tiveram efeito no resultado:
 - a. Tributárias: Na controlada Anhanguera houve reversão de R\$ 4.091 em ação judicial de responsabilidade própria quanto ao imposto municipal ISS em razão de êxito parcial no resultado do processo e, adicionalmente, outras reversões que totalizaram R\$ 36.239;
 - b. Cíveis: Na controlada Anhanguera houve reversão de R\$ 358 em ação judicial de responsabilidade própria e, adicionalmente, outras reversões que totalizaram R\$ 32.871;
 - c. Trabalhistas: Na controlada Anhanguera houve reversão de R\$ 10.000 em ação judicial em que o autor postulava pagamento de verbas trabalhistas em geral e, adicionalmente, outras reversões que totalizaram R\$ 100.670.

Em 31 de dezembro de 2017, os principais processos judiciais e administrativos com classificação de risco de perda provável da Companhia são:

Tributário

A Companhia e suas controladas possuíam (responsabilidade própria e de Ex-mantenedor), em 31 de dezembro de 2017, 77 processos em andamento de natureza tributária com classificação de risco de perda provável (105 em 31 de dezembro de 2016). Os principais processos tributários classificados como risco de perda provável estão destacados abaixo:

- a) A controlada Anhanguera é parte em 17 execuções fiscais de impostos municipais (ISSQN) no Estado de São Paulo, para o qual há provisão de R\$ 127.998 em que a responsabilidade é compartilhada, sendo R\$ 118.473 de responsabilidade do ex-mantenedor. Para os processos de responsabilidade do ex-mantenedor, a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- b) A controlada Unime Lauro de Freitas é parte em 2 autos de infração que visam a cobrança de impostos municipais (ISSQN), para os quais há provisão de R\$ 10.988;
- c) A controlada Anhanguera em São Paulo é parte em auto de infração de imposto administrado pela Secretaria da Receita Federal para o qual há provisão de R\$ 1.502 e cuja responsabilidade é compartilhada entre a Companhia e o ex-mantenedor, sendo R\$ 586 de responsabilidade do Estado do Pará. Para o percentual de responsabilidade do ex-mantenedor, a Companhia possui garantia contratual suficiente;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- d) A controlada Anhanguera em Niterói é parte em execução fiscal de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no Estado do Rio de Janeiro, para o qual há provisão de R\$ 1.488, sendo de total responsabilidade do ex-mantenedor. Para este processo, a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- e) A controlada Anhanguera em São Paulo é parte em execução fiscal de multa aplicada pelo Procon, para o qual há provisão de R\$ 1.293, esta execução fiscal é de responsabilidade do ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- f) A controlada Anhanguera em Campo Grande é parte em execução fiscal de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (INSS), para o qual há provisão de R\$ 772;

Cíveis

A Companhia e suas controladas possuíam (responsabilidade própria e de ex-mantenedor), em 31 de dezembro de 2017, 4.650 processos em andamento de natureza cível com classificação de risco de perda provável (4.443 em 31 de dezembro de 2016). Os principais processos cíveis classificados como risco de perda provável são destacados abaixo:

- a) A controlada Anhanguera Morumbi é parte em ação judicial de cobrança relacionada a locação de imóvel para o qual há provisão de R\$ 9.428. Este processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- b) A controlada Anhanguera de Curitiba é parte em ação judicial em que se discute a rescisão de contrato e se pleiteia indenização em razão desta rescisão, para o qual há provisão de R\$ 8.207;
- c) A controlada Anhanguera de Campo Grande é parte em ação cível pública em que se discute a validação de cláusulas contratuais, para o qual há provisão de R\$ 2.700. Este processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- d) A controlada Anhanguera de Osasco/SP é parte em ação judicial de cobrança em que se discute a abusividade de cobrança de juros, para o qual há provisão de R\$2.523. Este processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- e) A controlada IUNI é parte em ação judicial de cobrança em que se discute pagamento adicional em razão de aquisição de instituição de educação superior para o qual há provisão de R\$2.235.
- f) A controlada Anhanguera de Belo Horizonte é parte em ação judicial em que se discute a rescisão de contrato e se pleiteia indenização em razão desta rescisão, para o qual há provisão de R\$ 1.081;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g) A Companhia, em relação a processos cíveis, possui provisão para processos variados cujo ticket de condenação é de até 40 salários mínimos, teto de condenação dos Juizados Especiais da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados de Pequenas Causas).

Trabalhista

A Companhia e suas controladas possuíam (responsabilidade própria e de ex-mantenedor), em 31 de dezembro de 2017, 1.926 processos em andamento de natureza trabalhista com classificação de risco de perda provável (1.942 em 31 de dezembro de 2016). Os principais processos trabalhistas classificados como risco de perda provável são destacados abaixo:

- a) A controlada Anhanguera é parte em ação coletiva movida pelo sindicato dos professores de ABC (São Paulo), cujos pedidos são: diferença de DSR sobre adicional noturno e reflexos nos quinquênios, hora atividade e demais verbas salariais, para o qual há provisão de R\$ 8.517;
- b) A controlada Anhanguera de São Paulo é parte em ação trabalhista cujos pedidos são: diferença salarial e reflexos, diferença DSR sobre adicional noturno e reflexos nos quinquênios, hora atividade e demais verbas salariais, para o qual há provisão de R\$ 5.217;
- c) A controlada Anhanguera de Belo Horizonte é parte em ação trabalhista em que o autor busca reconhecimento de vinculo e verbas trabalhistas, para o qual há provisão de R\$ 3.901;
- d) A controlada Anhanguera de Osasco de São Paulo é parte em ação trabalhista cujos pedidos são: semestralidade, diferenças salariais por redução indevida de carga horária, equiparação dos valores das horas-aulas das atividades acadêmicas (TCC) ao valor da hora-aula ensino superior, equiparação dos valores das horas aulas das ATPS ao valor da hora-aula, para o qual há provisão de R\$ 1.697.
- e) A controlada Anhanguera de São Paulo é parte em ação trabalhista, cujos pedidos são: diferença salarial e seus reflexos, adicional noturno, anotação e devolução de CTPS, pagamento de bonificação, para os quais há provisão de R\$ 2.000;
- f) A controlada Anhanguera de São Paulo é parte em ação trabalhista, cujos pedidos são: dano moral, diferença salarial e seus reflexos, adicional noturno, anotação e devolução de CTPS, pagamento de bonificação, para os quais há provisão de R\$ 1.900;

QUADRO 35 – Composição de processos perda possível

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Tributárias	368.651	367.476
Cíveis	216.156	162.200
Trabalhistas	80.591	40.017
Total	665.398	569.693

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda possível, dos processos judiciais/administrativos nos quais figura como parte (ré). Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia, ressalvando-se os processos decorrentes da combinação de negócios. A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2017, 12.764 processos classificados como perda de possível, sendo 147 tributários, 11.473 cíveis e 1.144 trabalhistas, dos quais destacamos os principais abaixo:

Tributário

- a) A controlada IUNI é parte em autos de infração que possuem como objeto a cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no período em que gozava de imunidade fiscal de R\$ 146.750;
- b) A controlada IUNI é parte em execuções fiscais que possuem como objeto a cobrança de contribuições sociais durante o período em que gozava de imunidade fiscal de R\$ 33.750.
 Estes processos são de responsabilidade do ex-mantenedor e há garantia contratual;
- c) A controlada IUNI é parte em execuções do Tribunal de Contas da União referente a prestação de contas no período em que gozava de imunidade fiscal de R\$ 26.654. Estes processos são de responsabilidade do ex-mantenedor e há garantia contratual;
- d) A controlada CEAMA São Luiz é parte em autos de infração que visam cobrança de IRPJ e CSLL de R\$ 16.163. Estes autos de infração são de responsabilidade do ex-mantenedor, para o qual há indenização em caso de perda da Companhia.
- e) A controlada Anhanguera de Niterói é parte em auto de infração de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal de R\$ 12.531. Este processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e há garantia contratual.

Cíveis

- a) A controlada Editora é parte em ação que se discute nulidade de aditivo contratual de R\$ 15.000;
- b) A controlada Editora em Bandeirantes/PR é parte em ação ajuizada pelo Ministério Público local que visa a devolução de imóvel cedido pela Municipalidade e manutenção de bolsas de estudo aos discentes da Unidade no período de 2003 a 2010 e que residam no município de Bandeirantes de R\$ 12.000. Este processo é de responsabilidade do exmantenedor da Unopar e há indenização em caso de perda da Companhia;
- c) A controlada Anhanguera é parte em ação coletiva ajuizada pelo Ministério Público que visa a regularização na emissão de diplomas na unidade de Osasco/SP de R\$ 10.000;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhista

- a) A controlada Anhanguera Valinhos/SP é parte em processo trabalhista cujo autor postula; acumulo de função, dano material, assédio moral e retificação de CTPS de R\$ 2.402;
- b) A controlada Anhanguera Osasco/SP é parte em processo cujo autor postula; verbas rescisórias em geral de R\$ 1.576;
- c) A controlada Anhanguera Jundiaí/SP é parte em ação em que autor postula verbas trabalhistas em geral de R\$ 1.500.
- d) A controlada Anhanguera Osasco/SP é parte em ação em que autor postula verbas trabalhistas em geral de R\$ 1.476.

23.2. Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais conforme demonstrado abaixo.

QUADRO 36 – Composição de depósitos judiciais

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Tributárias	9.208	9.203
Cíveis	10.036	3.122
Trabalhistas	51.781	33.293
Total	71.025	45.618

23.3. Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Abaixo a composição dos processos judiciais/administrativos provisionados, cuja responsabilidade é garantida contratualmente pelo ex-mantenedor:

QUADRO 37 – Composição dos processos judiciais de responsabilidade de ex-mantenedores

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2015
Tributárias	41.328	48.829	115.419	138.014
Cíveis	1.281	5.778	24.382	13.300
Trabalhistas	1.968	3.011	22.421	33.224
Total	44.577	57.618	162.222	184.538
-				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

QUADRO 38 – Reconciliação de Imposto de renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	1.832.767	1.814.050	1.920.595	1.922.855
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(623.141)	(616.777)	(653.002)	(653.771)
Equivalência patrimonial	652.753	682.544	-	-
Incentivo fiscal em controladas sujeita ao benefício ProUni	-	-	561.100	547.370
Adições (exclusões) líquidas (i)	19.416	(12.215)	3.360	(35.007)
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada	-	-	838	1.033
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	467	(2.967)	(2.928)	(8.051)
Baixa de IR/CS diferido sobre o ágio alocado na venda da Uniasselvi (ii)	-	-	-	63.070
IRPJ e CSLL demais movimentações	54	-	52.353	27.136
Total IRPJ e CSLL	49.549	50.585	(38.279)	(58.220)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(1.035)		(97.000)	(61.973)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	50.584	50.585	58.721	3.753

- (i) As principais adições e exclusões são: provisões para perdas fiscais, trabalhistas e cíveis e participações de funcionários.
- (ii) Referente a IR diferido sobre ágio alocado baixado em 29 de fevereiro de 2016, devido a venda da participação societária da Uniasselvi.

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

Os saldos de ativos diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias identificadas nas empresas do grupo, e são classificadas e dois grupos:

QUADRO 39 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	168.830	199.869
Diferenças Temporárias do Lucro Real	520.378	328.370
	689.208	528.239

Em agosto de 2017 foi realizada a incorporação parcial da AESA pela AESAPAR o que possibilitará

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

o consumo do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social ao longo dos próximos anos, através da compensação de impostos correntes devidos.

QUADRO 40 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos por ano de realização

		Consolidado
Faixa de vencimento	Total	%
2018	226.366	32,8
2019	127.310	18,5
2020	122.120	17,7
2021	106.706	15,5
2022 em diante	106.706	15,5
	462.842	67,2
-	689.208	

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados conforme segue:

QUADRO 41 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – efeito no resultado

Controladora	Efeito no resultado			
	31/12/2016	Amortização do ágio	Outros	31/12/2017
No passivo				
Ágio sobre combinação de negócios	(744.903)	50.583		(694.320)
Passivo não circulante líquido	(744.903)	50.583		(694.320)
G				
Consolidado		Efeito no res	ultado	
	31/12/2016	Amortização do ágio	Outros	31/12/2017
No ativo				
Imposto de renda / Contribuição Social:				
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSL	L 199.869	-	(31.039)	168.830
Diferenças Temporárias do Lucro Rea	1 328.370	-	192.008	520.378
Ativo não circulante	528.239	-	160.969	689.208
No passivo				
Ágio sobre combinação de negócios	(1.243.152)	(13.246)	-	(1.256.398)
Outros Ajustes	(24.539)		(89.104)	(113.643)
Passivo não circulante líquido	(1.267.691)	(13.246)	(89.104)	(1.370.041)
	(739.452)	(13.246)	71.865	(680.833)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual.

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece por meio da Lei no. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As entidades de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

O valor dos créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni no período findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo PIS e COFINS, é de R\$ 765.541 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 736.034).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$4.363.825 (R\$ 4.249.901 em 31 de dezembro de 2016).

QUADRO 42 – Composição do capital social

	31/12/2017	31/12/2016
Total de ações ex-tesouraria	1.640.357.183	1.623.858.703
Total de ações em tesouraria	169.265	2.211.075
Total de ações	1.640.526.448	1.626.069.778

Em julho, agosto e setembro de 2017 foi aprovado, nos termos do art. 6º do Estatuto Social, o aumento de capital social da Companhia respeitado o limite do capital autorizado, mediante o exercício de opções de compra de ações, em observância aos arts. 166 e 171, §3º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), conforme alterada, outorgadas no contexto do Planos de Opção de Compras de Ações da Companhia, totalizando um aumento de capital de R\$ 113.924 (14.456.670 ações)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Ações em tesouraria

QUADRO 43 – Movimentação de ações em tesouraria

		Quantidade de ações
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.211.075	11.363.359
Recompra de ações em tesouraria (i)	200.000	845.100
Alienação de ações (ii)	(2.241.810)	(9.997.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	169.265	2.211.075

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

d) Dividendos

QUADRO 44 – Cálculo dos dividendos

	Acumulado 2017	Acumulado 2016
Lucro Líquido	1.882.316	1.864.635
Calculo da Reserva Legal - 5%	(94.116)	(93.232)
Lucro Líquido ajustado	1.788.200	1.771.403
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	447.050	442.851
Dividendos Intercalares - 15%	212.561	141.259
Total de dividendos intercalares pagos no exercício (i)	(566.831)	(494.407)
Dividendos a pagar	92.780	89.703

(i) Distribuições de dividendos intercalares aprovadas em reuniões do Conselho de Administração em 2017

e) Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$ 1.072.869 (R\$1.151.412 em 31 de dezembro de 2016), foi transferido para a rubrica "Reserva para investimentos", conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Administração para o exercício de 2017.

f) Reserva para orçamento de capital

Em 16 de abril de 2015 foi aprovada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia a destinação de R\$186.000 para a Reserva de Orçamento de Capital, valor este que reflete as necessidades de investimento de capital da Companhia. Os recursos serão utilizados em Projetos de Tecnologia da Informação, Obras de expansão e maturação de unidades, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Livros.

g) <u>Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios</u>

O saldo da reserva de instrumentos patrimoniais decorre principalmente da incorporação de ações da Anhanguera ocorrida em 3 de julho de 2014, com a emissão de 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Na mesma da data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R\$2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital (instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios).

26. PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Planos mantidos pela Kroton Educacional S.A.

Os planos que outorgam opções para a aquisição de ações de emissão da Companhia têm como objetivo atrair e reter executivos da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas, bem como incentivar a maior integração de tais executivos à Companhia, dando-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas, ou de aumentarem sua participação societária na mesma, obtendo um maior alinhamento de interesses e compartilhando, assim, o sucesso ao atingir os seus objetivos sociais.

São elegíveis para participar dos planos os administradores e executivos seniores da Companhia e de suas controladas, indicados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, conforme o caso.

Os programas de opção de compra de ações, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, possuem as seguintes características:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 45 - Principais características dos programas

Programa	Data da Outorga	Preço de exercício	Prazo de carência	Opções outorgadas ativas
KROT_Plano2009	23/10/2009 a 06/05/2013	R\$2,18 a R\$5,78	5 lotes com prazo de 12, 24, 36, 48 e 60 meses; ou 4 lotes com prazo de 6, 18, 30 e 42 meses	5.914.666
AEDU_Plano2010	17/08/2010 a 03/07/2014	R\$6,06 a R\$11,20	3 lotes com prazo de 36, 48 e 60 meses	213.489
AEDU_Plano2013	18/06/2013 a 03/07/2014	R\$9,94 a R\$11,20	3 lotes com prazo de 36, 48 e 60 meses	4.428.403
KROT_Plano2013	26/11/2013 a 24/08/2015	R\$5,67 a R\$13,01	4 lotes com prazo de 6, 18, 30 e 42 meses	9.130.000
KROT_Plano2015	05/10/2015 a 05/12/2017	R\$8,42 a R\$18,86	4 lotes com prazo de 6, 18, 30 e 42 meses	25.477.794
				45.164.352

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

Movimentação dos planos de opções de compra de ações

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

QUADRO 46 - Movimentação dos planos de opções de compra de ações 2017

PLANOS	31/12/2016	Outorgadas	Realizadas (i)	Canceladas / Abandonadas	31/12/2017	Preço médio do exercício
KROT_Plano 2009	6.826.998	-	(912.332)	-	5.914.666	R\$5,18
AEDU_Plano 2010	2.847.304	-	(2.578.069)	(55.746)	213.489	R\$6,56
AEDU_Plano 2013	8.776.254	-	(4.251.224)	(96.627)	4.428.403	R\$9,77
KROT_Plano 2013	14.930.000	-	(5.800.000)	=	9.130.000	R\$7,34
KROT_Plano 2015	26.454.656	4.990.000	(3.156.855)	(2.810.007)	25.477.794	R\$8,95
TOTAL	59.835.212	4.990.000	(16.698.480)	(2.962.380)	45.164.352	=

(i) no período findo em 31 de dezembro de 2017 foram exercidas 16.698.480 opções, sendo 14.456.670 via aumento de capital social com objetivo específico de entregar estas novas ações ao beneficiário e 2.241.810 em contrapartida à alienação de ações em tesouraria (9.753.657 opções no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cálculo do valor justo e despesa no resultado

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reservas de capital - outorga de opções de ações", no patrimônio líquido.

A partir de 2015, a Companhia passou a utilizar para cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binominal.

A Companhia não modificou as outorgas anteriores, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo *Black & Scholes*.

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última data de carência 5 de junho de 2021.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas de cada um dos Planos de opção de compras de ações ainda em aberto são apresentadas abaixo:

QUADRO 47 - Cálculo do valor justo

	Programas				
		Kroton		AEDU	
	Plano 2009	Plano 2013	Plano 2015	Plano 2010	Plano 2013
Preço das Ações	R\$2,31 a R\$7,00	R\$9,48 a R\$15,84	R\$8,81 a R\$18,86	R\$ 3,73	R\$ 3,73
Taxa livre de risco	6,0% a 9,7%	7,0% a 12,5%	6,8% a 16,5%	12,6%	12,6%
Expectativa de Volatilidade anual	27,9% a 35,0%	24,7% a 37,3%	38,4% a 42,2%	31,1%	31,1%
Modelo de Cálculo de Volatilidade	Desvio Padrão	Desvio Padrão ou EWMA	EWMA ou Garch	Desvio Padrão	Desvio Padrão
Dividendos esperados	0% a 3,4%	2,1% a 3,5%	3,5%	2,6%	2,6%
Duração do programa em anos	6 a 10	5 a 8	8	6	5
Valor justo da opção na data de outorga (R\$/ação)	R\$0,75 a R\$2,22	R\$2,44 a R\$5,64	R\$3,27 a R\$7,46	R\$ 2,73	R\$ 5,55

No período findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos R\$37.039 de despesa de valor justo de opções (R\$54.986 em 31 de dezembro de 2016).

27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

(i) As controladas Unic Educacional, Unime LF e Iuni utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda., (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia):

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Término do contrato	Valor mensal	Índice de reajuste
Unic Educacional	Março/2020	232	IPCA
Unime LF	Março/2020	650	IPCA
Iuni	Março/2020	1.144	IPCA

- (ii) A controlada EDE utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até janeiro de 2032, com valor fixo mensal de R\$1.258. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iii) A Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da HK Campinas Participações Ltda. (a empresa tem como sócia a empresa AFZ Participações Ltda., sociedade controlada por um familiar de um dos membros do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até dezembro de 2024, com valor fixo mensal de R\$345. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iv) Foi firmado em 19 de janeiro de 2017, Contrato de Doação com Encargo entre Kroton Educacional S.A. e a Fundação Pitágoras visando o cumprimento dos objetivos sociais e institucionais da Fundação. Houve desembolso de R\$ 2.149 referente a este contrato em 2017.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor máximo de R\$ 71.464 (R\$ 66.688 em 31 de dezembro de 2016), sendo: R\$ 55.069 remuneração fixa e variável e R\$ 16.395 plano de opção de compra de ações. A remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

QUADRO 48 – Remuneração dos administradores

	31/12/2017	31/12/2016
Salários	11.379	9.710
Benefícios	405	924
Encargos	2.400	2.113
Remuneração variável (i)	17.252	23.515
Plano de opção de compra de ações	17.773	24.709
	49.209	60.971

(i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

QUADRO 49 – Apólices de seguro contratadas com terceiros

	Coberturas
Bens do imobilizado	234.850
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	200.000
Veículos	40.878
	475.728

29. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

QUADRO 50 – Composição da Receita Líquida

-	,	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Ensino superior presencial		
Receita bruta	5.545.836	5.131.129
Deduções da receita bruta		
Impostos	(152.518)	(137.443)
ProUni	(692.205)	(673.043)
Descontos	(394.155)	(333.186)
Receita líquida	4.306.958	3.987.457
Ensino superior EAD		
Receita bruta	1.415.316	1.402.053
Deduções da receita bruta		
Impostos	(30.706)	(30.675)
ProUni	(225.465)	(216.169)
Descontos	(85.742)	(87.327)
Receita líquida	1.073.403	1.067.882
Educação básica		
Receita bruta	190.417	199.794
Deduções da receita bruta		
Impostos	(4.844)	(5.490)
Devoluções	(8.186)	(4.925)
Receita líquida	177.387	189.379
<u>Total</u>		
Receita Bruta	7.151.569	6.732.976
Deduções da receita bruta		
Impostos	(188.068)	(173.608)
Prouni	(917.670)	(889.212)
Descontos	(479.897)	(420.513)
Devoluções	(8.186)	(4.925)
Receita líquida	5.557.748	5.244.718

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

QUADRO 51- Composição dos Custos e Despesas por Natureza

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos sociais	(3.615)	(71.311)	(1.697.409)	(1.781.462)
Depreciação e amortização	(148.978)	(148.934)	(416.714)	(401.606)
Aluguel e condomínio	-	-	(400.622)	(393.706)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(583.180)	(347.559)
Utilidades, limpeza e segurança	(247)	(107)	(204.096)	(212.893)
Publicidade e propaganda	(257)	-	(306.996)	(263.677)
Serviços de terceiros	-	-	(18.645)	(22.841)
Consultorias e assessorias	(2.355)	(518)	(151.256)	(111.111)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(15.253)	(33.319)
Viagens	-	-	(35.475)	(30.366)
Direitos autorais	-	-	(7.211)	(11.454)
Taxas e contribuições	(274)	(62)	(41.299)	(27.324)
Contingências	63.667	23.968	72.802	55.408
Resultado na venda da empresas controladas	-	-	25.560	253.907
Outras receitas (despesas) líquidas	(251)	11.058	(83.447)	(110.316)
	(92.310)	(185.906)	(3.863.241)	(3.438.319)
Custo das vendas e serviços	-	-	(2.105.890)	(2.156.782)
Despesas com vendas	-	-	(941.876)	(666.984)
Despesas gerais e administrativas	(92.310)	(185.906)	(839.198)	(854.714)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(1.837)	(13.746)
Resultado na venda da empresas controladas	-	-	25.560	253.907
	(92.310)	(185.906)	(3.863.241)	(3.438.319)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. RESULTADO FINANCEIRO

QUADRO 52 - Composição do Resultado Financeiro

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	-	-	145.166	134.611
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	9.176	2.815	132.384	114.170
Descontos obtidos	-	-	1.364	1.514
Juros ativos	20	-	19.150	25.806
Outras	6	622	22.962	3.825
	9.202	3.437	321.026	279.926
Despesas financeiras				
Juros e custos das debêntures (i)	-	-	(30.791)	(80.862)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	-	-	(10.395)	(18.923)
Tarifas bancárias e de cobrança	(6)	(7)	(16.511)	(8.819)
Juros e mora comercial	-	(7)	(2.693)	(7.570)
Juros e mora fiscal	(1)	-	(7.754)	(1.161)
Atualização de Contingências	(3.817)	(10.765)	(11.686)	(31.677)
Outras	(163)	(183)	(15.108)	(14.458)
	(3.987)	(10.962)	(94.938)	(163.470)
Resultado financeiro	5.215	(7.525)	226.088	116.456

⁽i) refere-se aos juros de debêntures de R\$54.678 (Vide Nota 18 - Debêntures), reduzidos pela capitalização de juros de R\$ 23.887 (R\$ 20.714 em 31 de dezembro de 2016) registrados no ativo imobilizado e intangíveis em andamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza três segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior à Distância – EAD e Educação Básica.

QUADRO 53 – Informação por Segmento – Consolidado

					31/12/2017
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	4.306.958	1.073.403	177.387		5.557.748
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.842.092)	(172.865)	(90.933)	-	(2.105.890)
	2.464.866	900.538	86.454	_	3.451.858
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(674.854)	(248.252)	(18.770)	-	(941.876)
Despesas gerais e administrativas	(296.843)	(73.811)	(6.166)	(462.378)	(839.198)
Outras despesas, líquidas	=	-	-	(1.837)	(1.837)
Resultado na venda da FAIR, FAC e NOVATEC				25.560	25.560
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	1.493.169	578.475	61.518	(438.655)	1.694.507
Ativos	12.167.981	5.741.837	219.185	538.760	3.460.036
Passivos circulante e não circulante	1.558.739	504.608	45.276	1.351.413	3.460.036

QUADRO 54 – Informação por Segmento – Consolidado

-	_				31/12/2016
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	3.987.457	1.067.882	189.379		5.244.718
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.845.512)	(207.134)	(104.136)	-	(2.156.782)
	2.141.945	860.748	85.243		3.087.936
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(456.107)	(191.224)	(19.653)	-	(666.984)
Despesas gerais e administrativas	(310.880)	(69.521)	(8.046)	(466.267)	(854.714)
Resultado na venda da Uniasselvi	-	-	-	253.907	253.907
Outras despesas, líquidas	<u> </u>	<u> </u>		(13.746)	(13.746)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	1.374.958	600.003	57.544	(226.106)	1.806.399
Ativos	10.845.900	6.059.348	199.457	496.361	17.601.065
Passivos circulante e não circulante	1.515.120	782.360	36.793	1.412.326	3.751.701

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período.

QUADRO 55 – Resultado básico por ação

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.882.316	1.864.635
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.625.332	1.619.308
Lucro básico por ação ordinária	1,16	1,15

b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de compra de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2017, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

QUADRO 56 – Resultado diluído por ação

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.882.316	1.864.635
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.625.332	1.619.308
Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)	18.766	17.796
Lucro diluído por ação ordinária	1,14	1,14

34. COMPROMISSOS FUTUROS

A Companhia e suas controladas alugam prédios para suas unidades e prédios administrativos, por meio de diversos contratos operacionais que vencem em datas distintas, cujo pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2017 os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
	31/12/2017
Até um ano	357.161
Um ano até cinco anos	1.201.241
Mais de cinco anos	1.090.612
	2.649.014

35. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de março de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de março de 2018, nos termos do art. 6°, § 2° do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 50 milhões mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva para investimento, sem a emissão de novas ações e sem modificação do número de ações, tendo em vista que, com a destinação do lucro líquido proposta nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de reservas de lucros ultrapassariam os limites de reservas previstos no art. 199 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.